



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

**3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE
COOPERAÇÃO 006/2016-MP/PA, CELEBRADO
ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DO PARÁ E O CENTRO DE ESTUDOS
AVANÇADOS DO PARÁ – CEAPA,
MANTENEDOR DA FACULDADE DE ESTUDOS
AVANÇADOS DO PARÁ – FEAPA.**

Pelo presente Termo Aditivo ao **TERMO DE COOPERAÇÃO 006/2016-MP/PA**, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.960/0001-58, com sede na Rua João Diogo nº. 100, Bairro Cidade Velha, CEP: 66.015-165, Belém-PA, neste ato representado pelo Exmo. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, e o **CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ - CEAPA**, mantenedor da **FACULDADE DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ – FEAPA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.970.826/0001-71, com sede na Rodovia Augusto Montenegro nº 4.120, bairro Parque Verde, CEP 66.635-110, Belém/PA, telefone (91) 3202-8000, E-mail: estagiofeapa@hotmail.com, neste ato representado pelo Diretor Geral da **FEAPA**, senhor **EDSON RAYMUNDO PINHEIRO DE SOUZA FRANCO**, brasileiro, CPF nº 010.669.947-49, RG nº 3403893-SSP/PA, residente e domiciliado na cidade de Belém/PA, doravante denominada **FACULDADE**, têm por justas e acordadas as seguintes cláusulas e condições, objeto do referido Termo Aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Sétima do Termo de Cooperação Original que trata **DA VIGÊNCIA**, cujo **objeto** é o estabelecimento das bases gerais de Cooperação Científica e Técnica entre o Ministério Público do Estado do Pará e a Faculdade, para seleção pública de estagiários.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Cooperação, por mais **02 (dois) anos**, a contar de **11/04/2022**.

CLÁUSULA TERCEIRA

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, 01 de junho de 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ - CEAPA

TESTEMUNHAS: Yichelle Brito
1) RG: 3544399

Marcia Conceição
2) RG: 3306133

Auxiliar de Administração, para exercer a Função Gratificada de Pregoeiro, MP.FG-3, a partir de 07/01/2022.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 01 de fevereiro de 2022.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo: 756135

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO

Núm. do Termo aditivo: 3º

Núm. do Termo de Cooperação: 006/2016-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e o CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ (CEAPA), mantenedor da FACULDADE DE ESTUDOS AVANÇADOS DO PARÁ – FEAPA.

Objeto do Termo de Cooperação: seleção pública de estagiários.

Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Cooperação original por mais 02 (dois) anos.

Data de Assinatura: 01/02/2022.

Vigência do Aditamento: 11/04/2022 a 10/04/2024.

Ordenador Responsável: Dr. Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 756134

EXTRATO DE ATA DO CONSELHO SUPERIOR DO MPPA, REFERENTE

À 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL – 2022

(Resolução n.º 004/2020/CSMP/MPPA)

DATA E HORA – 8h do dia 24/01 até às 18h do dia 28/01/2022.

LOCAL: sítio eletrônico: www.mppa.mp.br. PRESENTES: Dr. CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR, Procurador-Geral de Justiça, Presidente do Conselho Superior; Dr. MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR, Corregedor-Geral do Ministério Público; Dr. FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA, Conselheiro Secretário e os seguintes Conselheiros: Dr. WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, Dra. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO, Dra. ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO e Dr. NELSON PEREIRA MEDRADO.

ITENS DA PAUTA:

Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria do Conselheiro WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO:

1.1.1. Processo n.º 001138-025/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Cemitério Good Pax

Origem: 5º PJ de Marituba

Assunto: Apurar supostas irregularidade ambientais do Cemitério Good Pax O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.2. Processo n.º 000281-940/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de ato de Improbidade Administrativa na realização de Processo Seletivo Simplificado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.3. Processo n.º 000408-151/2018

Requerente(s): Sigiloso

Requerido(s): Laboratório Central do Estado do Pará (LACEN)

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidade na Secretaria de Estado de Saúde Pública no que tange a transferência do serviço de triagem neonatal da UEPa para a SESPA/LACEN quanto ao pagamento da gratificação de desempenho institucional

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.4. Processo n.º 000418-148/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Nilton Lopes de Farias

Origem: Promotoria de Justiça de Baião

Assunto: Apurar suposto gerenciamento irregular das contas municipais de Baião, pelo Prefeito do Município, referente ao exercício financeiro de 2016 O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.5. Processo n.º 000139-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Cultura (SECULT)

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar supostas irregularidades no processo de licitação nº 2013/563145, promovido pela SECULT, referente a obras civis e de infraestrutura do Parque do Utinga

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.6. Processo n.º 003244-030/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): A Coletividade, Moradores do Residencial Alto Bonito

Origem: 6º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar eventuais problemas na estrutura física dos prédios do Residencial Alto Bonito, envolvendo verba pública federal do Programa Minha Casa Minha Vida

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ao Ministério Público Federal, devendo os autos serem remetidos com a devida urgência, para que sejam adotadas as providências cabíveis por força do art. 8º, inciso IX do Regimento Interno do CSMP e art. 3º da Resolução n.º 005/2014-MP/CSMP.

1.1.7. Processo n.º 000230-031/2018

Requerente(s): Estado do Pará e Secretaria Estadual de Saúde

Requerido(s): Sindicato dos Médicos do Estado do Pará (SINDMEPA)

Origem: 9ª PJ de Santarém

Assunto: Apurar representação do SINDMEPA a respeito de supostas irregularidades na gestão do Hospital Regional do Baixo Amazonas em Santarém-PA O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.8. Processo n.º 000039-012/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará

Origem: PJ de Santa Luzia do Pará

Assunto: Apurar possível prática de nepotismo, visto que cargos comissionados e cargos políticos estão sendo ocupados por parentes do Prefeito e de Secretários Municipais de Santa Luzia do Pará

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, quanto à investigação que avaliava a existência de Nepotismo na Administração Pública Municipal DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO, considerando que já se trata de questão judicializada, nos termos da Súmula n.º 002/2017 do CSMP e em relação à investigação de propriedade do lava jato que teria contratado com a Prefeitura Municipal DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, nos moldes do art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.9. Processo n.º 025214-003/2020

Requerente(s): Francisca Irineia Passos da Silva

Requerido(s): Em apuração

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar a possível prática de poluição sonora emitida por fábrica de móveis planejados, sem identificação visível na fachada

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento, conforme art. 57, parágrafo único da Lei Complementar Estadual n.º 057/2006 e art. 27, § 3º, II da Resolução n.º 007/2019-CPJ, com a consequente remessa dos autos à PGJ para fins de designação de outro Membro do MPPA, para tomar as providências cabíveis.

1.1.10. Processo n.º 000458-245/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Escola Municipal Eduardo Angelim

Origem: PJ de Acará

Assunto: Apurar notícia a respeito de irregularidade na Escola Municipal Eduardo Angelim no Município de Acará-PA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.11. Processo n.º 000029-012/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba

Origem: 5º PJ de Marituba

Assunto: Investigar a obstrução dos passeios públicos, pelos comerciantes, situada na rua principal do Conjunto Marituba

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.12. Processo n.º 002933-477/2016

Requerente(s): Conselho Fiscal do Condomínio Ecoparque

Requerido(s): Síndico do Condomínio Ecoparque

Origem: 1º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar possível prática de poluição ambiental no condomínio Ecoparque O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.13. Processo n.º 001157-036/2019

Requerente(s): Coletividade, Manoel Gilberto Lobato Cordeiro

Requerido(s): Prefeitura de Benevides

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar ocorrência de poluição sonora proveniente de festas realizadas ao ar livre, à noite, em loja de conveniência localizada atrás do Posto Santa Rita, Bairro Médi, em Benevides

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, de acordo com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e art. 57 da LCE n.º 057/2006.

1.1.14. Processo n.º 000373-151/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Adjanny Estela Santos de Souza e Universidade do Estado do Pará (UEPA)